

LEI Nº 3.055, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA
DO MUNICÍPIO DE ALEGRE PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.~~**

~~O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo faz saber que o Poder Legislativo do Município de Alegre/ES aprovou e o chefe do Poder Executivo sancionou a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º**— O Orçamento Geral do Município de Alegre/ES, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais).~~

~~**Art. 2º**— A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:~~

Receitas Correntes	R\$	48.604.500,00
- Receitas Tributárias	R\$	5.468.880,00
- Receitas de Contribuições	R\$	5.565.220,00
- Receitas Patrimoniais	R\$	731.500,00
- Receita Agropecuária	R\$	0,00
- Receita Industrial	R\$	0,00
- Receitas de Serviços	R\$	2.427.000,00
- Transferências Correntes	R\$	36.053.000,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	2.317.900,00
- (-) Dedução p/o FUNDEB	R\$	(3.959.000,00)
Receitas de Capital	R\$	1.990.000,00
- Operação de Crédito	R\$	0,00
- Alienação de Bens	R\$	175.000,00
- Transferências de Capital	R\$	1.815.000,00
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	R\$	2.905.500,00
- Receita de Contribuições - Operações Intraorçamentárias	R\$	2.905.000,00
- Receita de Contribuições - Outras Receitas Correntes	R\$	500,00
Total Geral	R\$	53.500.000,00

~~**Art. 3º**— A Despesa fixada a conta das Receitas acima relacionadas, observará a programação constante dos anexos que compõe este Orçamento, conforme Legislação vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos/Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.~~

Função	Descrição da Função		VALOR
01	Legislativa	R\$	1.892.000,00
02	Judiciária	R\$	263.800,00

04	Administração	R\$	9.502.080,00
08	Assistência Social	R\$	993.000,00
09	Previdência Social	R\$	4.208.000,00
10	Saúde	R\$	12.351.000,00
12	Educação	R\$	14.696.800,00
13	Cultura	R\$	1.398.000,00
15	Urbanismo	R\$	1.663.000,00
16	Habitação	R\$	15.000,00
17	Saneamento	R\$	2.385.200,00
18	Gestão Ambiental	R\$	20.000,00
20	Agricultura	R\$	909.000,00
25	Energia	R\$	650.000,00
27	Desporto e Lazer	R\$	165.000,00
28	Encargos Especiais	R\$	1.498.180,00
99	Reserva de Contingência	R\$	889.940,00
Total das Funções		R\$	53.500.000,00

DESPESA POR ÓRGÃO		
Poder Legislativo	R\$	1.893.000,00
-Câmara Municipal	R\$	1.893.000,00
Poder Executivo	R\$	51.607.000,00
-Gabinete do Prefeito	R\$	823.000,00
-Secretaria Municipal de Administração	R\$	3.264.000,00
-Secretaria Municipal de Finanças	R\$	1.405.000,00
-Secretaria Municipal de Comunicação	R\$	225.000,00
-Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.406.500,00
-Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte	R\$	1.803.000,00
-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável	R\$	400.000,00
-Procuradoria Geral do Município	R\$	493.800,00
-Secretaria Municipal de Interior e Transportes	R\$	2.115.000,00
-Secretaria Municipal de Obras, Planej. Urbano e Serv. Urbanos	R\$	2.892.500,00
-Secretaria Municipal de Educação	R\$	10.783.000,00
-Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	R\$	12.351.000,00
-Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos	R\$	1.621.080,00
-SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto	R\$	2.399.000,00
-IPASMA-Instituto de Previdência e Assist. do Mun. de Alegre	R\$	5.065.720,00
-FAFIA-Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre	R\$	4.559.400,00
Total dos Órgãos	R\$	53.500.000,00

~~**Art. 4º** — Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.~~

~~**Art. 5º** — Fica o Poder Executivo, Legislativo e demais unidades Gestoras e consolidadas no Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Alegre, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos, para reforço de Dotações orçamentárias, de~~

~~acordo com o art. 7º, I da Lei Federal nº 4.320, utilizando como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e recursos de Convênio, conforme parecer consulta do TCEES 028 de 08 de julho de 2004.~~

~~**Art. 6º** O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.~~

~~**Art. 7º** O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo, instituições privadas, associações e cooperativas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.~~

~~**Art. 8º** Fica o Poder Executivo Municipal, observando o disposto na Lei Municipal nº 2.900, de 13 de dezembro de 2007, autorizado a conceder ajuda financeira a título de contribuições e subvenções, às entidades constantes do Anexo "I" da presente lei.~~

~~**§1º** Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação apresentado pela entidade beneficiada.~~

~~**§2º** O prazo para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo.~~

~~**§3º** Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.~~

~~**Art. 9º** O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.~~

~~**Art. 10** Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de Janeiro de 2010, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 29 de dezembro de 2009.~~

~~**DJALMA DA SILVA SANTOS**
Prefeito Municipal~~

ANEXO I

Quadro demonstrativo das Entidades a receberem Contribuições e Subvenções durante Exercício Financeiro de 2010

SUBVENÇÕES

APAE	R\$ 48.000,00
CASA DE PASSAGEM	R\$ 40.000,00
ASSOCIAÇÃO LUIZA DE MARILAC	R\$ 15.000,00
ABDM — ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DIAS MELHORES	R\$ 18.000,00
ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE	R\$ 6.000,00
ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA	R\$ 11.000,00
ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA FRATERNIDADE ESPÍRITA CRISTÃ "MÃE PALMIRA"	R\$ 15.000,00
TOTAL DAS SUBVENÇÕES	R\$ 153.000,00

CONTRIBUIÇÕES

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALEGRE	R\$ 24.000,00
APROART	R\$ 6.000,00
LYRA CARLOS GOMES	R\$ 20.000,00
ESCOLA DE MÚSICA SAINT CLAIR PINHEIRO	R\$ 20.000,00
CASA DA CULTURA DE ALEGRE	R\$ 10.000,00
INCAPER	R\$ 12.000,00
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO CAPARAÓ	R\$ 10.000,00
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 105.000,00
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	R\$ 207.000,00

TOTAL GERAL	360.000,00
--------------------	-------------------